



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INCLUSÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DA CONCEPÇÃO DOCENTE

Leila de Jesus da Silva Farias; Vanessa Ferreira de Oliveira.

Orientador: Cleuma Maria Chaves de Almeida

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

Campus Açailândia

acailandia@ifma.edu.br

Resumo

A inquietude no tocante à segregação escolar desencadeou uma série de mudanças nas políticas públicas que possibilitaram o ingresso de alunos portadores de necessidades especiais (PNE) em classes regulares de ensino. Esta pesquisa foi realizada com o objetivo de identificar e analisar quais as concepções docentes acerca da inclusão escolar, além de identificar as maiores dificuldades enfrentada pelos professores no trabalho com alunos PNE's na classe regular de ensino. A coleta de dados se deu por meio de revisão bibliográfica. A análise dos dados deu-se de maneira descritiva a partir dos dados colhidos na literatura. Por meio destes, identificou-se que as concepções dos docentes no que diz respeito à inclusão escolar evidenciam a relevante contradição entre as proposições teóricas, idealizadas da inclusão escolar e a realidade em sala de aula. Os docentes apresentam concepções concisas e concretas sobre a inclusão escolar, pois que, ao mesmo tempo em que consideram relevante e positiva, também se sentem despreparados, alguns descrentes e outros desafiados. O contraste das Políticas Inclusivas Nacionais com a realidade das escolas é bastante significativo, o que ressalta as fragilidades da fiscalização para o cumprimento das mesmas.

Palavras-chave: *Concepção docente, Inclusão escolar, Políticas inclusivas.*



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Introdução

O processo educacional, de um modo geral, tem passado por diversas transformações e estas, por sua vez, originaram uma grande demanda de estudos visando, assim, abrandar os efeitos negativos que surgem no decorrer deste processo.

Segundo Pinto (Séc. XXI) para que se entenda a educação inclusiva, é necessário, antes de qualquer coisa, que se leve em consideração todo um contexto advindo de fatores históricos.

De acordo com o Art. 58 da Lei Nº 9394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN - 1996) a educação inclusiva, pode ser compreendida como a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para os educandos portadores de necessidades especiais (PNE). Ao atentar-se para esta realidade, percebe-se que se apresenta como um campo mais restrito do processo educacional.

A declaração de Salamanca de 1994 (MEC) afirma que o direito a educação deve ser independente de diferenças e particularidades. A declaração diz ainda que, é a escola quem deve oferecer serviços adequados para o atendimento da diversidade da população. Entretanto, Mantoan (2005 p. 24-26) manifesta que existem obstáculos à inclusão que geralmente escondem razões complexas.

Apesar de constatar-se a existência de leis que objetivam assegurar o direito ao educando de ter acesso à educação de forma regular, se percebe que as pessoas apontadas como física e/ou cognitivamente inferiores ainda estão às margens da sociedade. Santos (2009 p. 2282) chama a atenção para a atualidade onde, segundo o mesmo, tem-se instaurado uma instabilidade e é nesse panorama que a inclusão escolar de sujeitos com necessidades educacionais especiais tem sido assumida.

Frente a esta necessidade salienta-se a valia da escola no contexto da inclusão, pois esta deve oferecer meios para que as políticas públicas de inclusão sejam realmente favoráveis aos educandos PNE's, independente de suas especificidades. Silva (2009 p.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

08) em seu trabalho enfatiza a importância do papel da escola no decorrer do processo educacional:

“Assim, mostramos que a escola tem papel fundamental para a aprendizagem e facilitação da inclusão, quer fornecendo materiais didáticos adaptados, oferecendo cursos aos educadores com a finalidade de conhecer novas práticas de ensino e adaptação no currículo escolar, por exemplo, [...]” (SILVA, 2009 p. 08).

Diante deste contexto faz-se necessário enfatizar-se também o papel do próprio docente, posto que toda a gama de conhecimentos e/ou experiências prévias do mesmo influirão diretamente na sua prática pedagógica. De acordo com Monteiro & Manzini (2008 p. 35-52) e no que diz respeito à inclusão de alunos com deficiência no ensino regular, “as atitudes do professor em relação ao ensino desse aluno estariam diretamente ligadas ao seu conceito de inclusão”, com isto percebe-se a importância da percepção docente para o cumprimento da mesma.

Quanto à educação, as diversas concepções acerca do desenvolvimento e da aprendizagem surtem efeitos na prática pedagógica. Nóvoa (1992 p. 27) acredita que:

“[...] as situações que os professores são obrigados a enfrentar (e a resolver) apresentam características únicas, exigindo, portanto, respostas únicas: o profissional competente possui capacidades de autodesenvolvimento reflexivo” (NÓVOA, 1992, p. 27).

Ao compreender que as mudanças no campo educacional são imprescindíveis, o autor defende a exigência de ressignificação do trabalho docente e de reconstrução das suas práticas pedagógicas e, associando o diálogo a essas situações resultará em novas competências que culminarão na formação de professores envolvidos com o ato de integrar para educar. Pois que esta formação implicará mudanças no pensamento dos educadores, como também das práticas assumidas e desenvolvidas por estes.

O estudo em questão faz-se de extrema relevância por proporcionar uma reflexão sobre as concepções pedagógicas frente ao processo de inclusão escolar dos portadores de necessidades especiais (PNEs) na escola regular – os principais desafios por eles enfrentados, as possíveis mudanças que devem ocorrer na formação docente e



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

nas práticas pedagógicas – nos permitindo, assim, estabelecer as fragilidades no que tange a inclusão factual.

Metodologia

Este estudo constitui-se de uma revisão da literatura sistemática, realizada entre Março e Agosto de 2015, no qual se realizou uma consulta a livros e periódicos presentes na Biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) – campus Açailândia e por artigos científicos selecionados através de busca em meios eletrônicos.

A pesquisa, ora explicitada, classifica-se segundo a taxionomia de Vergara (2013) quanto aos fins como descritiva porque visa descrever a concepção docente no tocante à inclusão e explicativa por elencar quais fatos contribuem para o déficit das práticas pedagógicas, os possíveis desafios advindos, dentre outros motivos, das fragilidades da formação docente no que diz respeito à inclusão, na concepção docente. Tem abordagem qualitativa por fazer-se necessária a interpretação dos dados colhidos na literatura. Classifica-se, ainda segundo a mesma autora, quanto aos meios, em bibliográfica, haja vista fazer-se uso de livros, revistas, artigos, internet, entre outros meios para compor o marco teórico do problema.



Resultados e Discussão

A partir da análise das literaturas selecionadas, pode-se perceber que a inclusão dos alunos PNE's no ensino regular está ganhando cada vez mais destaque, conforme afirma Ploennes (2012):

“Na última década, o país registrou uma evolução significativa na política de inclusão das crianças com deficiência em escolas de ensino regular. Entre 1998 e 2010, o aumento no número de alunos especiais matriculados em escolas comuns foi de 1.000%.” (PLOENNES, 2012 p. 03)

No entanto, constata-se que a inclusão de alunos PNE's enfrenta diversos obstáculos. Dentre os quais Quatrin & Pivetta (2008 p. 53) destacam o desejo idealizado e a discrepância com a realidade:

“Por meio da análise das respostas fornecidas pelos professores nessa categoria torna-se evidente a concepção positiva a respeito da inclusão, o que corresponde ao seu mundo objetivo. Neste mundo, o desejo idealizado é expresso de maneira “utópica”, visto que muitos professores demonstraram sentimentos contrários” (QUATRIN & PIVETTA, 2008 p. 53).

Destaca-se que os conhecimentos prévios advindos do contexto histórico, assumem uma grande parcela de contribuição nas práticas pedagógicas dos docentes. Segundo Monteiro & Manzini (2008 p. 35-52) as concepções do indivíduo respaldarão suas ações, estas concepções, por sua vez, “são desenvolvidas dentro de um processo histórico no qual estão incluídas crenças e valores”.

Zabala (1998 p. 22) diz ainda que “por traz de qualquer proposta metodológica se esconde uma concepção do valor que se atribui ao ensino”, indicando mais uma vez a magnitude do professor, uma vez que este é o principal colaborador do conhecimento e suas concepções influirão consideravelmente no processo de ensino-aprendizagem.

É importante ressaltar a relevância do papel da escola e dos aportes que devem ser disponibilizados a esta, conforme expressa SASSAKI (1998):

“[...] as escolas (tanto comuns como especial) precisam ser reestruturadas para acolherem todo espectro da diversidade humana representado pelo



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

alunado em potencial, ou seja, pessoas com deficiências físicas, mentais, sensoriais ou múltiplas e com qualquer grau de severidade dessas deficiências, pessoas sem deficiências e pessoas com outras características atípicas, etc. É o sistema educacional adaptando-se às necessidades de seus alunos (escolas inclusivas), mais do que os alunos adaptando-se ao sistema educacional (escolas integradas)” (SASSAKI, 1998, p.09-17).

Com relação a influencia que o ambiente escolar desempenha, bem como os seus respectivos elementos envolvidos para o seu bom funcionamento são reforçados por Quatrin e Pivetta (2008, p. 55) os quais afirmam que “além do trabalho e preparo humano, também se necessita da organização do espaço físico do ambiente escolar e de recursos financeiros para manutenção e continuidade do processo”.

A aplicação de fiscalização objetivando o real cumprimento das políticas públicas em relação à inclusão escolar é outro ponto crucial para o melhor desempenho da mesma, uma vez que a carência dos recursos pode desencadear diversos empecilhos no que tange a inclusão efetiva.



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Conclusões

O estudo proposto evidencia a grande necessidade de verificação do cumprimento das políticas públicas destinadas às especificidades do aluno PNE, dado que a inclusão destes alunos no ensino regular é o pleno exercício de sua cidadania, sendo esse um direito fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Evidenciou-se ainda a ocorrência de discrepâncias entre a premissa teórica desejada e a realidade implacável das escolas de ensino regular. Com base nas fragilidades elencadas no decorrer deste trabalho propõe-se uma ressignificação e reconstrução das práticas pedagógicas adotadas pelos docentes de modo a cumprir as disposições fundamentadas por lei no que diz respeito à inclusão de alunos PNE's no ensino regular tanto quanto repensar os métodos de fiscalização destas.



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN** Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Capítulo V. Educação Especial.

CERICATO, I. L.; CASTANHO, M. I. S.. **Concepções teóricas e a prática do professor**. *Psicologia da Educação versão On-line* ISSN 2175-3520. Psicol. educ. n.27 p. 102. São Paulo dez. 2008. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n27/v27a06.pdf>. Acesso em 13 jul. 2015.

DECLARAÇÃO de Salamanca. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 13 jun. 2015.

MANTOAN, M. T. E. (2005). **A hora da virada**. *Revista de Educação Especial Inclusão*, 1, 24-28.

MEIRIEU, P. (1998) *Aprender... Sim, mas como?* 7 edição P. 33. Porto Alegre, Artes Médicas.

MENDES, E. G. (2006). **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. *Revista Brasileira de Educação*, 11(33), 387-405.

MONTEIRO, A. P. H., MANZINI, E. J. (2008). **Mudanças nas concepções do professor do ensino fundamental em relação à inclusão após a entrada de alunos com deficiência em sua classe**. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 14 (1), 35-52.

NÓVOA, Antônio (Org.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Nova Enciclopédia, 1992.

PINTO, E. G. N. C. L. **Educação Especial e Educação Inclusiva: Aproximações e Convergências**. Século XXI. Disponível em:

http://www.catolicaonline.com.br/semanapedagogia/trabalhos_completos/EDUCA%C3%87%C3%83O%20ESPECIAL%20E%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INCLUSIVA-

[%20APROXIMA%C3%87%C3%95ES%20E%20CONVERG%C3%8ANCIAS.pdf](http://www.catolicaonline.com.br/semanapedagogia/trabalhos_completos/EDUCA%C3%87%C3%83O%20ESPECIAL%20E%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INCLUSIVA-%20APROXIMA%C3%87%C3%95ES%20E%20CONVERG%C3%8ANCIAS.pdf).

Acesso em: 23 jun. 2015.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

PLOENNES, Camila. *Revista Educação. Educação Inclusiva o Impasse da Inclusão*. Edição 177. Janeiro 2012.

SANTOS, Kátia Silva. **Entre Tramas & Imagens: Currículo, Sujeitos com necessidades Educacionais Especiais e Espaços Especializados**. (UESB). VIII colóquio do Museu Pedagógico ISSN: 2175-5493. 2009. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/4031/3771>. Acesso em 13 jun. 2015.

SASSAKI, R. **Entrevista especial à Revista Integração**. Revista Integração. MEC: Brasília, v. 8, n.20, p.09-17, 1998.

SILVA, L. M. **Educação Inclusiva e formação de Professores**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso / Campus Cuiabá – Octayde Jorge Da Silva. Curso de Especialização Latu Sensu em Educação Profissional Tecnológica Inclusiva. Cuiabá - MT Setembro 2009. Disponível em: http://bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2010069353641lidia_monografia.pdf. Acesso em: 20 jun. 2015.

QUATRIN, L. B.; PIVETTA, H. M. F. **Inclusão escolar e concepções docentes: do desejo idealizado à realidade prática**. *Revista "Educação Especial"* n. 31, p. 49-62, 2008, Santa Maria. Disponível em: <http://www.ufsm.br/ce/revista>. Acesso em: 20 jul. 2015.

VERGARA, Sylvia Constante. **Projetos e relatórios em administração**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre. Ed. Artmed, 1998. (Tradução Ernani F. da F. Rosa).